

Índice

5. Gerenciamento de riscos e controles internos

5.1 - Descrição - Gerenciamento de riscos	1
5.2 - Descrição - Gerenciamento de riscos de mercado	5
5.3 - Descrição - Controles Internos	7
5.4 - Programa de Integridade	9
5.5 - Alterações significativas	11
5.6 - Outras inf. relev. - Gerenciamento de riscos e controles internos	12

10. Comentários dos diretores

10.1 - Condições financeiras/patrimoniais	13
10.2 - Resultado operacional e financeiro	35
10.3 - Efeitos relevantes nas DFs	37
10.4 - Mudanças práticas cont./Ressalvas e ênfases	38
10.5 - Políticas contábeis críticas	53
10.6 - Itens relevantes não evidenciados nas DFs	55
10.7 - Coment. s/itens não evidenciados	56
10.8 - Plano de Negócios	57
10.9 - Outros fatores com influência relevante	59

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.1 - Descrição - Gerenciamento de riscos

5.1. Descrição da política de gerenciamento dos fatores de risco adotada pelo emissor

a. Se a Companhia possui uma política formalizada de gerenciamento de riscos, destacando, em caso afirmativo, o órgão que a aprovou e a data de sua aprovação

A Companhia possui política de gerenciamento de riscos, aprovada pela Reunião do Conselho de Administração realizada em 28 de maio de 2021, a qual se aplica à Companhia e deverá ser reproduzida nas suas controladas diretas e indiretas, sempre respeitando seus documentos constitutivos e a legislação aplicável.

b. Objetivos e estratégias da política de gerenciamento de riscos:

A Política de Gerenciamento de Riscos tem por objetivo estabelecer os princípios, orientações e diretrizes para a gestão e monitoramento integrado dos riscos potenciais que a Companhia ou suas controladas estão expostas e que possam afetar o plano estratégico.

Nesse sentido, a política deve ser acatada em todos os macroprocessos e operações de negócio da Companhia, sendo obrigatória a sua observância por todos os seus administradores e empregados, visando identificar, monitorar e conduzir riscos nos processos administrativos, operacionais e decisórios, na busca do cumprimento de seus objetivos, e da criação, preservação e crescimento de valor.

O Gerenciamento de Riscos está inserido no compromisso da Companhia com a criação e preservação de valor aos seus acionistas, fazendo parte do processo de tomada de decisões, contribuindo para a consecução dos objetivos estatutários e estratégicos da Companhia.

O processo de gestão de riscos da Companhia foi definido com base nas orientações consolidadas pela norma ISO 31000, com o intuito de aumentar a probabilidade de atingir as metas estabelecidas pela empresa; melhorar a identificação de oportunidades e ameaças; atender às políticas, normas e requisitos legais e regulatórios, padronizando conceitos e práticas; melhorar o reporte das informações ao mercado, elevando a confiança das partes interessadas garantindo a transparência para todos os *stakeholders*, analistas de mercado e agências de crédito; garantir base confiável de dados para a tomada de decisão e planejamento, fornecendo um fluxo dinâmico e eficiente de informação; alocar e utilizar eficazmente os recursos, melhorando o ambiente de controle; melhorar a governança, assegurando que a Governança Corporativa da Companhia seja seguida e criticamente analisada; prevenir ou minimizar perdas, envolvendo todos os agentes da estrutura e todas as etapas e frentes de atuação da Companhia; e melhorar a eficácia e eficiência operacional, aumentando a resiliência da organização.

Os Riscos Financeiros são compostos por:

a) Os riscos financeiros de mercado decorrem da possibilidade de perdas que podem ser ocasionadas por mudanças no comportamento das taxas de juros, do câmbio, dos preços das ações e dos preços de commodities;

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.1 - Descrição - Gerenciamento de riscos

- b) Os riscos de crédito referem-se à possibilidade de perda resultante da incerteza Política de Gerenciamento de Riscos quanto ao recebimento de valores pactuados com tomadores de empréstimos, contrapartes de contratos ou emissões de títulos; e
- c) Os riscos de liquidez referem-se à possibilidade de perda decorrente da incapacidade de realizar uma transação em tempo razoável e sem perda significativa de valor ou a possibilidade de falta de recursos para honrar os compromissos assumidos em função do descasamento entre os ativos e passivos.

No que concerne a esses riscos, a Companhia avalia e discute o planejamento financeiro e orçamentos junto aos responsáveis, para que sejam feitas, preventivamente, decisões e ações de gestão financeira que criem, protejam e cresçam o valor da OSX.

O processo do gerenciamento de riscos considera a identificação do perfil de exposição e tolerância a riscos através da avaliação do ambiente interno, bem como a fixação dos objetivos e diretrizes definidas pela OSX.

Uma vez identificadas as fragilidades e vulnerabilidades do ambiente negócios da OSX, são identificados os riscos que podem comprometer a continuidade do negócio, como (i) a interrupção da operação logística; (ii) a indisponibilidade de caixa e crédito; (iii) as multas e sanções legais; (iv) o vazamento de informações estratégicas e confidenciais; entre outros. Nessa etapa é possível, ainda, identificar os riscos potenciais, os quais podem abranger (i) perdas de receita; (ii) perda de ativos; (iii) perda de informação; (iv) fraudes de colaboradores e terceiros; entre outros.

O processo de gestão de riscos tem que gerar, proteger e crescer valor à OSX. Assim, nem todo risco identificado deve ser monitorado/controlado, principalmente nos casos em que não existere relação satisfatória de custo-benefício entre a mitigação do risco e o custo do seu controle. Assim, a priorização dos riscos identificados considera a análise de probabilidade de ocorrência e magnitude de impacto; definindo a criticidade dos riscos identificados e permitindo a priorização, partindo dos riscos de alta severidade para os de baixa severidade.

As soluções para mitigação dos riscos devem ser específicas e factíveis; podendo contemplar (i) a revisão de processos e inclusão de controles em sistemas; (ii) a criação de relatórios e indicadores de desempenho; (iii) a confecção de políticas e procedimentos; (iv) a implantação de mecanismos de monitoramento e controle; (v) a alteração de competências e atribuições de uma área ou de instrumentos de governança; entre outros. As pessoas envolvidas em cada área devem ter a capacidade e competência para diagnosticar, priorizar, monitorar e gerir os seus riscos, sempre atentas às mudanças do ambiente interno e externo para não serem surpreendidas por riscos desconhecidos ou não controlados.

Os planos de contingência e gerenciamento de crises são medidas, a serem tomadas pela OSX, na hipótese de materialização de algum evento de risco. Os referidos planos visam garantir que os processos vitais da empresa voltem a funcionar plenamente, ou num estado minimamente aceitável, o mais rápido possível, evitando paralisações prolongadas que possam gerar maiores prejuízos. Os planos de gerenciamento de crises definem as funções e responsabilidades das equipes envolvidas com o acionamento das ações de contingência, antes, durante e após a ocorrência.

Composta pelos executores dos processos operacionais e de negócios da Companhia. A primeira Linha de Defesa visa: (i) registrar os riscos identificados em toda a cadeia do modelo de atuação; (ii) gerenciar os riscos; (iii) implementar os controles de gerenciamento dos riscos e seus respectivos planos de ação. É formada pelos donos dos riscos e de controles, responsáveis diretos por manter os riscos nos limites de tolerância definidos pelos Administradores. Além do

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.1 - Descrição - Gerenciamento de riscos

mais, são os responsáveis primários pela execução dos controles de prevenção e de mitigação, em razão de serem os executores dos processos das áreas operacionais, comerciais, de projetos, de suporte e administrativas.

A primeira linha de defesa da Companhia deve compartilhar e dar suporte técnico e metodológico referente aos padrões e diretrizes de segurança e gestão de riscos estabelecidos nas operações da Companhia junto aos fornecedores contratados. Todo risco de negócio identificado pela primeira linha de defesa deverá ser atribuído a um dono de risco, com cargo mínimo de Gerente.

Na segunda Linha, os administradores e empregados reportam-se à Diretoria e ao Conselho de Administração, os quais buscam (i) desenvolver e implementar as políticas, as metodologias, os processos, a infraestrutura e o sistema de comunicação integrado para que a gestão de riscos de negócio ocorra na Companhia de forma padronizada; (ii) oferecer suporte à primeira linha de defesa, fornecendo capacitação e instrumentação metodológica no modelo de Gestão dos Riscos de Negócios; (iii) apoiar e promover a troca de conhecimentos e informações, a fim de disseminar a cultura de gestão e de prevenção de riscos na; (iv) suportar e monitorar o cumprimento do modelo de governança de riscos de negócio; (v) suportar a divulgação externa de informações oficiais referentes à gestão de riscos de negócio.

A terceira linha de defesa, é composta pelas avaliações e inspeções, proporcionando asseguração sobre a efetividade da gestão e da prevenção de riscos, de controles internos e de conformidade. A riscos significativos e deficiências de controle, devendo ser promovida pelos Administradores da Companhia.

Os Donos dos Riscos devem sugerir os critérios, os quais, por sua vez, serão analisados e aprovados pelo Conselho de Administração.

Anualmente, a Companhia deve promover validação ou atualização dos parâmetros, seguindo a seguinte fórmula: *Risco = Probabilidade x Impacto*.

Ao analisar o impacto do risco, devem ser levados em consideração, tanto pelos Donos do Risco, quanto pelo Conselho de Administração os (i) fatores críticos de sucesso da empresa; (ii) valores da empresa; e (iii) legislação relevante.

A finalidade da avaliação de riscos é auxiliar na tomada de decisões com base nos resultados da análise de riscos, sobre quais riscos necessitam de tratamento e a prioridade para a implantação do tratamento.

Concluída a etapa inicial de avaliação quanto ao grau de exposição da Companhia na busca de seus objetivos, tem-se o processo de tomada de decisão quanto ao tratamento de riscos, de acordo com as diretrizes de tolerância determinadas pela alta administração da empresa, sendo hoje esse papel desenvolvido pela Diretoria.

Adicionalmente, nessa etapa, pela Diretoria, é possível definir a escala de priorização de tratamento dos riscos, de acordo a probabilidade e o impacto de cada risco, levando em consideração as perdas associadas à materialização dos eventos de risco.

Periodicamente, os riscos serão reavaliados, de acordo com seu grau de severidade, evitabilidade e custo-benefício.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.1 - Descrição - Gerenciamento de riscos

Em última etapa, há o monitoramento e a análise crítica, de forma contínua e interativa, integrados em todos os departamentos da Companhia; devendo permear o processo de gestão de riscos.

Com o monitoramento, deve acontecer a consequente análise crítica, a qual consiste na verificação, supervisão e observação crítica executada de forma contínua e documentada, pelos próprios empregados e pelos Administradores, a fim de identificar mudanças no nível de desempenho requerido ou esperado, assim como os riscos provenientes dessas mudanças.

Observadas possíveis mudanças que acarretem riscos, devem ser tomadas decisões pela Diretoria, com a supervisão do Conselho de Administração, analisando as hipóteses no caso concreto em conjunto com a fórmula de *PROBABILIDADE x IMPACTO*; devendo ainda ocorrer a classificação de riscos inerentes e residuais.

c. Adequação da estrutura operacional de controles internos para verificação da efetividade da política adotada

Além da estrutura acima adotada, em que há a participação conjunta dos Donos do Risco e da Administração nas três linhas de defesa e na disseminação das decisões para o restante da Companhia, a Companhia tem Comitê de Auditoria não estatutário instalado.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.2 - Descrição - Gerenciamento de riscos de mercado

5.2. Descrição da política de gerenciamento de riscos de mercado adotada pelo emissor

a. Se a Companhia possui uma política formalizada de gerenciamento de riscos de mercado, destacando, em caso afirmativo, o órgão que a aprovou e a data de sua aprovação, e, em caso negativo, as razões pelas quais a companhia não adotou tal política

O gerenciamento dos riscos da Companhia é feito de forma integrada com todos os departamentos e níveis hierárquicos, de modo a garantir que o nível geral de risco da Companhia permaneça alinhado às suas diretrizes estratégicas.

A Política de Gerenciamento dos Riscos, aprovada pelo Conselho de Administração, em 28 de maio de 2021, estabelece diretrizes que se aplicam à gestão do conjunto dos riscos corporativos aos quais a Companhia está exposta, não sendo específica aos riscos de mercado.

b. Objetivos e estratégias da política de gerenciamento de riscos

O processo do gerenciamento de riscos considera a identificação do perfil de exposição e tolerância a riscos através da avaliação do ambiente interno, bem como a fixação dos objetivos e diretrizes definidos no Plano Diretor da empresa.

Na identificação e mapeamento, uma vez identificadas as fragilidades e vulnerabilidades do ambiente negócios da Companhia, são identificados os riscos que podem comprometer a continuidade do negócio.

A partir disso, é feita a apreciação das causas e das fontes de riscos, suas consequências positivas e negativas, e a probabilidade de que essas consequências possam ocorrer. Os Donos dos Riscos sugerem os critérios que serão analisados e aprovados pelo Conselho de Administração.

Anualmente, a companhia deve validar ou atualizar seus parâmetros levando em consideração a fórmula " $Risco = Probabilidade \times Impacto$ ", os riscos são classificados da seguinte forma:

a) ALTA SEVERIDADE ("RISCO ALTO"): é um risco inaceitável e representa ameaça potencial aos negócios da Companhia. Esse risco demanda ação gerencial prioritária para eliminar o componente de risco ou ao menos reduzir a severidade e/ou frequência;

b) MÉDIA SEVERIDADE INESPERADA ("RISCO MÉDIO"): é um risco inesperado, tendo um alto impacto e baixa frequência. Esse risco deve ser quantificado e monitorado regularmente para direcionar continuamente as estratégias de mitigação e/ou planos de contingência, a fim da OSX já estar preparada caso o evento venha a acontecer. Compreende também o risco inesperado de perdas esporádicas, refletindo eventos extremos, mas raros;

c) MÉDIA SEVERIDADE PROVÁVEL ("RISCO MÉDIO"): é um risco provável, mas de menor criticidade devido ao menor nível de impacto no valor do negócio. Esse risco impõe a definição de níveis aceitáveis de perda por eventos e limites de competência que evitem que o nível de impacto suba ao longo do tempo;

d) BAIXA SEVERIDADE ("RISCO BAIXO"): é um risco aceitável, posto que as perdas oriundas são de menor relevância, podendo o custo do impacto ser menor do que o custo de mitigá-los. Além do mais, são riscos de baixo impacto e frequência, não havendo necessidade de monitoramento contínuo.

Após a classificação, ocorre tanto o monitoramento, quanto a adoção de mitigantes, caso o risco tenha sido classificado como prioritário. As soluções para mitigação dos riscos devem ser específicas e factíveis; podendo contemplar (i) a revisão de processos e inclusão de controles em sistemas; (ii) a criação de relatórios e indicadores de desempenho; (iii) a confecção de políticas e procedimentos; (iv) a implantação de mecanismos de monitoramento e controle; (v) a alteração de competências e atribuições de uma área ou de instrumentos de governança; entre outros. As pessoas envolvidas em cada área devem ter a capacidade e competência para diagnosticar, priorizar, monitorar e gerir os seus riscos, sempre atentas às mudanças do ambiente interno e externo para não serem surpreendidas por riscos desconhecidos ou não controlados.

Por fim, como última etapa, há a definição de planos de continuidade dos negócios, visando garantir que os processos vitais da empresa voltem a funcionar plenamente, ou num estado minimamente aceitável, o

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.2 - Descrição - Gerenciamento de riscos de mercado

mais rápido possível, evitando paralisações prolongadas que possam gerar maiores prejuízos. Os planos de gerenciamento de crises e continuidade dos negócios definem as funções e responsabilidades das equipes envolvidas com o acionamento das ações de contingência, antes durante e após a ocorrência.

As alternativas para Tratamentos dos Riscos classificam-se da seguinte forma:

- a) Eliminar as atividades que geram o evento de risco;
- b) Delimitar adicionais de mitigação e prevenção;
- c) Determinar a transferência ou compartilhamento total ou parcial do risco ou rejeição do risco pelos Donos do Risco;
- d) Diminuir a probabilidade de ocorrência e/ou a magnitude de impacto do evento de risco;
- e) Transferir ou compartilhar parte do evento de risco entre os Donos do Risco; e
- f) Aceitar o evento de risco.

No que diz respeito à contratação de instrumentos financeiros com o objetivo de proteção patrimonial (hedge), a contratação é feita por meio de análise da exposição ao risco (câmbio e taxa de juros, entre outros riscos) e obedece à estratégia aprovada pelo Conselho de Administração.

As diretrizes de proteção são aplicadas de acordo com o tipo de exposição. Os fatores de riscos relacionados às moedas estrangeiras deverão ser obrigatoriamente neutralizados no curto prazo (até um ano), podendo a proteção se estender a um prazo maior. A tomada de decisão frente ao risco das taxas de juros e inflação oriundas dos passivos adquiridos é avaliada no contexto econômico e operacional e ocorre quando a Administração considera o risco relevante.

c. A adequação da estrutura operacional e controles internos para verificação da efetividade da política adotada

Além da estrutura acima adotada, em que há a participação conjunta da Diretoria Financeira, do Diretor Presidente, do Conselho de Administração e da Gerência Geral de Tesouraria, a Companhia possui Comitê de Auditoria não estatutário instalado.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.3 - Descrição - Controles Internos

5.3. Controles Internos

a. se o emissor possui práticas da organização relativas ao sistema de controles internos, que monitora os processos operacionais e financeiros

O gerenciamento dos riscos da Companhia, sobretudo no que concerne aos processos operacionais, financeiros, inclusive os relacionados à gestão dos riscos e de conformidade, é feita de forma integrada com todos os departamentos e níveis hierárquicos, de modo a garantir que o nível geral de risco da Companhia permaneça alinhado às suas diretrizes estratégicas; observando também ambos os procedimentos descritos nos Itens 5.1 e 5.2.

Quanto aos riscos financeiros, mais especificamente, são classificados pela Companhia da seguinte forma: i) os riscos financeiros de mercado decorrem da possibilidade de perdas que podem ser ocasionadas por mudanças no comportamento das taxas de juros, do câmbio, dos preços das ações e dos preços de *commodities*; ii) Os riscos de crédito referem-se à possibilidade de perda resultante da incerteza quanto ao recebimento de valores pactuados com tomadores de empréstimos, contrapartes de contratos ou emissões de títulos; iii) os riscos de liquidez referem-se à possibilidade de perda decorrente da incapacidade de realizar uma transação em tempo razoável e sem perda significativa de valor ou a possibilidade de falta de recursos para honrar os compromissos assumidos em função do descasamento entre os ativos e passivos.

No que concerne a esses riscos, a Diretoria Financeira avalia e discute o planejamento financeiro e orçamentos junto à Gerência Geral de Tesouraria Corporativa, para que sejam feitas, preventivamente, decisões e ações de gestão financeira que criem, protejam e cresçam o valor da empresa.

No que concerne às decisões de investimentos e de captações de recursos, a Companhia estabelece parâmetros de forma a assegurar que não estão sendo efetuadas transações especulativas e com alto risco financeiro, conforme gerenciamento de risco da Companhia.

Quanto aos riscos operacionais, a Companhia afirma que o processo de gestão de riscos da OSX foi definido com base nas orientações consolidadas pela norma ISO 31000, com o intuito de: i) aumentar a probabilidade de atingir as metas estabelecidas pela empresa; ii) melhorar a identificação de oportunidades e ameaças; iii) atender às políticas, normas e requisitos legais e regulatórios, padronizando conceitos e práticas; iv) melhorar o reporte das informações ao mercado, elevando a confiança das partes interessadas garantindo a transparência para todos os *stakeholders*, analistas de mercado e agências de crédito; v) garantir base confiável de dados para a tomada de decisão e planejamento, fornecendo um fluxo dinâmico e eficiente de informação; vi) alocar e utilizar eficazmente os recursos, melhorando o ambiente de controle; vii) melhorar a governança, assegurando que a Governança Corporativa da OSX seja seguida e criticamente analisada; viii) prevenir ou minimizar perdas, envolvendo todos os agentes da estrutura e todas as etapas e frentes de atuação da Companhia; ix) melhorar a eficácia e eficiência operacional, aumentando a resiliência da organização.

Além do mais, a Companhia destaca que vem aprimorando sua gestão de riscos e seu ambiente de controle, destacando-se neste aspecto a estrutura de políticas e normas em conformidade com as melhores práticas de mercado.

b. As estruturas organizacionais envolvidas

A 1ª Linha de defesa operacional é composta pelos executores dos processos operacionais e de negócios da Companhia. A primeira Linha de Defesa visa: (i) registrar os riscos identificados em toda a cadeia do modelo de atuação; (ii) gerenciar os riscos; (iii) implementar os controles de gerenciamento dos riscos e seus respectivos planos de ação. É formada pelos donos dos riscos e de controles, responsáveis diretos por manter os riscos nos limites de tolerância definidos pelos Administradores. Além do mais, são os responsáveis primários pela execução dos controles de prevenção e de mitigação, em razão de serem os executores dos processos das áreas operacionais, comerciais, de projetos, de suporte e administrativas.

Na segunda Linha, os administradores e empregados reportam-se à Diretoria e ao Conselho de Administração, os quais buscam (i) desenvolver e implementar as políticas, as metodologias, os processos, a infraestrutura e o sistema de comunicação integrado para que a gestão de riscos de negócio ocorra na Companhia de forma padronizada; (ii) oferecer suporte à primeira linha de defesa, fornecendo capacitação e instrumentação metodológica no modelo de Gestão dos Riscos de Negócios; (iii) apoiar e promover a troca de conhecimentos e informações, a fim de disseminar a cultura de gestão e de prevenção

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.3 - Descrição - Controles Internos

de riscos na; (iv) suportar e monitorar o cumprimento do modelo de governança de riscos de negócio; (v) suportar a divulgação externa de informações oficiais referentes à gestão de riscos de negócio.

A terceira linha de defesa, é composta pelas avaliações e inspeções, proporcionando asseguração sobre a efetividade da gestão e da prevenção de riscos, de controles internos e de conformidade. A riscos significativos e deficiências de controle, devendo ser promovida pelos Administradores da Companhia.

c. O grau de eficiência de controles internos

A Administração, anualmente, promove a revisão de todos os controles com a participação efetiva de todas as Diretorias, e realiza testes de validação visando a busca pela efetividade dos controles e da gestão dos fatores de risco e dos riscos propriamente ditos.

Ao final do ciclo, os gerentes responsáveis pelos processos de todas as áreas de negócio e áreas de suporte da Companhia, recebem o novo mapeamento dos fatores de riscos e dos riscos propriamente ditos.

Destaca-se que o compromisso com a integridade, os valores éticos, bem como com a disseminação da cultura de gestão de riscos da empresa, são de responsabilidade de todos os administradores e empregados da OSX. Todos são responsáveis, também, pela gestão de riscos, e podem contribuir para uma gestão eficaz.

Além das estruturas adotadas, em que há a participação conjunta das Diretoria Financeira, do Diretor Presidente, do Conselho de Administração e das Gerências, a Companhia tem Comitê de Auditoria não estatutário instalado.

d. Deficiências e recomendações sobre os controles internos presentes no relatório circunstanciado, preparado e encaminhado à Companhia pelo auditor independente

O auditor independente avaliou a eficácia dos controles da Companhia, e, de acordo com a estrutura de negócios e operacional em que a Companhia está inserida, identificou que é extremamente necessária a criação de processos corporativos relacionados à estrutura, formalização de controles e processos para um melhor gerenciamento de riscos.

A ausência de um programa de processos corporativos definidos pode vir a desencadear soluções diferenciadas para situações semelhantes, que nem sempre se enquadrarão na operação da Companhia e em suas normativas.

e. Comentários dos diretores sobre as deficiências apontadas no relatório circunstanciado preparado pelo auditor independente e sobre as medidas corretivas adotadas

Os Diretores da Companhia avaliaram com base na relevância, probabilidade e a possível magnitude de distorções reportadas pelo auditor independente, e destacam que vêm desenvolvendo ações para o estabelecimento de bases sólidas em seus negócios voltadas para a gestão de riscos e, conseqüentemente, para o aprimoramento do seu ambiente de controle, destacando-se neste aspecto a estrutura de políticas e normas em conformidade com as melhores práticas de mercado.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.4 - Programa de Integridade

5.4. Mecanismos e procedimentos internos de integridade adotados pelo emissor

A Companhia possui disposições no Código de Conduta, aprovado pelo Conselho de Administração em reunião realizada em 29 de abril de 2022, o qual dispõe a respeito dos mecanismos e procedimentos referentes à integridade, adotados para prevenir, detectar e sanar desvios, fraudes, irregularidades e atos ilícitos praticados contra a administração pública, nacional ou estrangeira.

Nesse documento, a Companhia busca orientar a postura e conduta de relacionamento com todos os públicos com os quais tem contato, incluindo colaboradores, acionistas, clientes, fornecedores, prestadores de serviço, imprensa e a sociedade como um todo. Bem como pretende que todas as suas atividades sejam realizadas por meio de processos transparentes, para que não exista nenhuma dúvida sobre a forma como a Companhia atua.

A Companhia se comprometeu a: (i) propiciar um ambiente onde os colaboradores compreendam e cumpram o Código de Conduta e tenham uma postura justa, honesta, íntegra, respeitosa e profissional no desempenho de suas funções e em todos os seus relacionamentos de negócios; (ii) realizar treinamentos periódicos que exaltem e reitem a necessidade de cumprimento Código de Conduta; (iii) fornecer oportunidades iguais para todos nos processos de recrutamento, admissão, desenvolvimento, promoção, transferência e remuneração, independente de idade, cor, deficiência não relacionada ao desempenho do serviço, sexo, nacionalidade, raça, religião, orientação sexual ou qualquer outra forma de discriminação; e (iv) valorizar a diversidade entre os colaboradores, por meio da proibição de práticas discriminatórias em todos os processos de movimentação de pessoas (seleção, promoção, capacitação, remuneração, concessão de benefícios e desligamento) e da adoção de medidas corretivas quando práticas discriminatórias forem identificadas, visando a promover condições de equidade e corrigir distorções existentes.

Ainda, Companhia se comprometeu a manter um diálogo apartidário e permanentemente aberto com todas as esferas dos governos onde seus negócios estão inseridos, pois acredita ser um importante passo no caminho da concretização de um modelo de desenvolvimento sustentável para o país, e consequentemente para seus negócios. Em seu relacionamento com o Poder Público, a Companhia acredita na parceria deste com a sociedade civil como forma de contribuir para o desenvolvimento do país. Desta forma, a Companhia pode vir a apoiar campanhas do Poder Público de interesse coletivo, em conformidade com a lei e desde que formalmente autorizado pelas Diretorias ou Conselhos de Administração da OSX, e com total transparência, dentro do âmbito da prestação de contas aos seus acionistas.

Além do mais, a Companhia repudia todas as formas de corrupção e, nesse sentido, trabalha ativamente para combatê-las. Os colaboradores, bem como a administração da Companhia estão proibidos de direta ou indiretamente, oferecer, prometer, dar ou exigir vantagens ilícitas ou indevidas de qualquer natureza (propinas, pagamentos impróprios, presentes, comissões ou doações) para obter ou manter um negócio, nem poderão ser solicitados nem oferecer um suborno ou qualquer outra vantagem imprópria que possa influenciar nas decisões de negócios por eles tomadas em nome da Companhia.

A Companhia espera que seus administradores, empregados, colaboradores, contratados, fornecedores e terceiros, conforme aplicável, informem imediatamente qualquer conduta ou situação que, de boa-fé, acreditem ser conflitante com o Código de Conduta, com as políticas da Companhia, constitua uma irregularidade ou que viole a legislação vigente.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.4 - Programa de Integridade

Os relatos podem ser efetuados de forma anônima e com total segurança através do e-mail ou do portal na Intranet. A confidencialidade das informações e anonimato do informante é garantida e assegurada por meio do acesso exclusivo do Comitê de Auditoria, ao qual, sob a orientação do Presidente do Conselho de Administração da Companhia, cabe avaliar e apurar de forma tempestiva, objetiva e independente a procedência das denúncias recebidas.

A Companhia acredita que os seus colaboradores e terceiros devem ter confiança de que podem manifestar livremente suas preocupações. Portanto, garantirá procedimentos específicos para proteção e confidencialidade do informante e não tolerará atos de retaliação contra quem tenha exercido seus direitos de acordo com os termos do Código de Conduta.

A Companhia disponibiliza os seguintes canais para denúncias relativas ao descumprimento do Código de Conduta, políticas internas, legislação e regulamentação aplicáveis à Companhia: compliance@osx.com.br.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.5 - Alterações significativas

5.5. Alterações significativas nos fatores de riscos

A Companhia tem como prática o gerenciamento contínuo dos riscos aos quais está exposta e que possam afetar suas atividades conforme já descrito nos itens 5.1 a 5.4.

Em relação ao último exercício social, a Companhia elenca os riscos oriundos da pandemia ocasionada pelo COVID-19 como uma alteração significativa nos riscos, uma vez que sofreu impactos financeiros, decorrentes do vírus e que ainda poderá vir a sofrer eventualmente novos impactos em decorrência da continuidade da pandemia instalada no país, conforme detalhado no Item 4.1.

A Política de Gerenciamento de Riscos da Companhia foi aprovada pelo Conselho de Administração em maio de 2021. Ademais, a Companhia firma o compromisso de constantemente manter sua política atualizada, bem como compatível com o mercado.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.6 - Outras inf. relev. - Gerenciamento de riscos e

5.6. Outras inf. relev. - Gerenciamento de riscos e controles internos

A Companhia entende não haver outras informações relevantes que já não foram expressas nos itens anteriores.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

10.1 Os diretores devem comentar sobre:

a. Condições financeiras e patrimoniais gerais.

Durante o segundo semestre de 2013, a OSX enfrentou um agravamento da sua situação financeira, incluindo o cancelamento de encomendas de unidades que seriam construídas na Unidade de Construção Naval do Açu (“UCN Açu”) e de contratos de afretamento e operação e manutenção de unidades FPSOs e WHPs. Em outubro daquele ano, a Dommo Energia S.A. (atual denominação da OGX Petróleo e Gás S.A. (“OGX”)), principal cliente da Companhia, ajuizou na Comarca da Capital do Estado do Rio de Janeiro, seu pedido de recuperação judicial, em conjunto com as controladas, OGX International GmbH e OGX Austria GmbH.

No dia 08 de novembro de 2013, em vista da situação conjuntural da Companhia, que a impedia de honrar com o pagamento de obrigações vencidas e com vencimento no curto prazo, o Conselho de Administração aprovou o pedido de recuperação judicial da OSX, como instrumento relevante para assegurar a preservação do interesse dos acionistas, empregados e credores, promovendo, assim, a preservação da empresa, sua função social e o estímulo à atividade econômica. O pedido de recuperação judicial da OSX, em conjunto com suas subsidiárias OSX Brasil - Porto do Açu S.A. (“OSX Açu”) (anteriormente denominada OSX Construção Naval S.A. - Em recuperação judicial) e OSX Serviços Operacionais Ltda. - Em recuperação judicial (“OSX Serviços”) (as “Recuperandas”), foi ajuizado em 11 de novembro de 2013, na Comarca da Capital do Estado do Rio de Janeiro.

Em 17 de dezembro de 2014, os Planos de Recuperação Judicial das Recuperandas (“Planos”) foram aprovados em Assembleias Gerais de Credores e, em 19 de dezembro de 2014, o Juízo da 3ª Vara Empresarial da Comarca da Capital do Rio de Janeiro homologou os três Planos. A publicação da homologação dos referidos Planos ocorreu no dia 08 de janeiro de 2015, todavia sujeito à solução dos agravos de instrumento impetrados por certos credores.

No dia 30 de janeiro de 2015, a Caixa Econômica Federal (Credora Extraconcursal Anuente) concedeu sua anuência aos termos do Plano de Recuperação Judicial da OSX Açu (“Plano OSX Açu”). A obtenção desta anuência era condição suspensiva para a eficácia e implementação dos Planos de Recuperação Judicial da OSX e da OSX Açu.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Em 18 dezembro de 2015, a OSX Açúcar celebrou o Instrumento Particular de Primeira Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie com Garantia Real, com Garantia Fidejussória Adicional (respectivamente, “Escritura de Emissão de Debêntures DIP” e “Debêntures DIP”) em 8 (oito) séries, como financiamento extraconcursal para os fins do seu plano de recuperação judicial (“Emissão de Debêntures DIP”).

Os recursos obtidos mediante a Emissão de Debêntures DIP de séries ímpares foram destinados ao pagamento de despesas relacionadas à recuperação judicial e de determinados investimentos em capital e despesas operacionais para a manutenção das atividades da OSX Açúcar, conforme previsto no seu plano de recuperação judicial.

Já os recursos obtidos mediante a Emissão de Debêntures DIP de séries pares foram destinados ao reperfilamento de dívidas da OSX Açúcar junto a credores financiadores que integralizaram as Debêntures DIP mediante a capitalização de seus créditos concursais e/ou extraconcursais.

Nos termos da Emissão de Debêntures DIP, o pagamento dos valores adquiridos mediante a integralização das debêntures deverá ocorrer no prazo de 10 (dez) anos a partir da emissão, os quais são renováveis por mais 10 anos.

A partir de 01 de dezembro 2016, a OSX Açúcar celebrou contrato com a Porto do Açúcar Operações no intuito de locar parte de sua área de 3.200.000m² no Porto. A área inicialmente locada constituía 47mil m², que passaram a ser de utilização da Dome Serviços Integrados (“Dome”), com cessão efetiva da posição de locatária em 2020.

Em agosto de 2018, a OSX Açúcar expandiu sua área locada à Dome, com arrendamento de nova área totalizando mais 72.650m². A referida área foi expandida através de aditivos firmados com a Dome em 26 de março de 2019 e 24 de junho de 2019.

Ao longo do período de 2020, a Companhia teve redução dos valores recebidos pela locação da área da Dome em virtude da pandemia da Covid-19, tendo celebrado aditivo aos contratos de locação determinando pela redução dos valores, com a previsão de pagamento do montante devido ao longo do período de 2021. Contudo, tendo em vista a persistência dos efeitos da pandemia de Covid-19 no Brasil nos primeiros meses de 2021, tais tiveram seu pagamento negociado.

Em 24 de novembro de 2020, a Companhia teve decretado o encerramento de sua Recuperação Judicial, tendo em vista o cumprimento de todas as obrigações estabelecidas no Plano pelo período de 2 anos.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Em 18 de março de 2022, foi proferida sentença nos autos do Processo de Recuperação Judicial da Companhia que, em resumo, (i) exonerou o Administrador Judicial de seu encargo, mantendo o Comitê de Governança até o integral pagamento dos credores; (ii) indeferiu os requerimentos efetuados pela Credora Acciona Infraestrutura S.A.; (iii) indeferiu o levantamento requerido pela Caixa Econômica Federal, tendo em vista a adesão da Caixa Econômica Federal às condições de pagamento do plano, na qualidade de credor extraconcursal anuente; (iv) negou provimento aos embargos de declaração opostos pela Credora Transportes Birday Comércio Ltda.; (v) indeferiu o levantamento de valores pela Credora Indústria Brasileira de Infláveis Nautika Ltda.; e (vi) indeferiu os pedidos de constrição de ativos em face das Recuperandas.

Feita essa breve descrição, cabe destacar que em 2021 a Companhia registrou receita bruta de aproximadamente R\$26 milhões. Em 2020, a Companhia registrou receita bruta de aproximadamente R\$11 milhões. A receita bruta registrada em 2019 foi de aproximadamente R\$13 milhões. As receitas dos 3 (três) últimos exercícios sociais são oriundas de contratos de aluguel de parte da área do Açú e parte do ativo não circulante.

O EBITDA consolidado de 2021 foi positivo em R\$ 850 milhões. Houve um aumento referente à avaliação do valor justo da propriedade para investimento (*valuation*). A Companhia realizou o teste do *valuation* do ativo no 3º trimestre de 2021, o qual gerou uma valorização de R\$897 milhões. O cálculo da avaliação ao valor justo foi elaborado pela empresa Apsis Consultoria Empresarial Ltda., a metodologia utilizada para a avaliação foi a conjugação do Método Comparativo Direto de Dados de Mercado (MCDDM) e do Método da Capitalização de Renda (MCR). O MCDDM foi utilizado levantando-se áreas de terminal e/ou retroáreas em outros complexos portuários para definir o valor de arrendamento com base no mercado atual. Já o MCR realizou a projeção dos valores de arrendamento no fluxo de caixa, trazido a valor presente líquido, por uma taxa de desconto adequada. Esse método define o valor do imóvel por meio da comparação com dados mercadológicos de imóveis semelhantes.

O EBITDA consolidado de 2020 foi negativo em R\$ 567 milhões. Houve uma redução referente à avaliação ao valor justo da propriedade para investimento (*impairment*) e aumento das despesas administrativas e com encargos da dívida da Companhia.

O EBITDA consolidado de 2019 foi negativo em R\$196 milhões. Houve uma redução referente à avaliação ao valor justo da propriedade para investimento (*impairment*) e redução das despesas administrativas.

O endividamento consolidado da Companhia em 31 de dezembro de 2019 era de aproximadamente R\$4,5 bilhões. Já em 31 de dezembro de 2020, o endividamento consolidado da Companhia era de R\$5,4 bilhões. Em 31 de dezembro de 2021, o endividamento consolidado da Companhia era de R\$5,3 bilhões. A OSX

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

vem negociando as condições de seus empréstimos e financiamentos, bem como suas dívidas extra concursais, buscando adequá-los ao Plano de Recuperação Judicial da Companhia.

A posição de caixa em 31 de dezembro de 2021 era de R\$ 4,8 milhões.

Solvência	2021	2020	2019
Ativo circulante	14.563	10.515	14.438
Passivo circulante	615.551	548.025	520.211
Índice de liquidez corrente	0,02	0,02	0,03
Ativo circulante	14.563	10.515	14.438
Impostos a recuperar (ativo não circulante)	36.384	36.337	42.106
Passivo circulante	615.551	548.025	520.211
Passivo não circulante	6.952.419	6.398.295	6.075.296
Índice de liquidez geral	0,01	0,01	0,01

Estrutura Patrimonial	2021	2020	2019
Passivo circulante	615.551	548.025	520.211
Passivo não circulante	6.952.419	6.398.295	6.075.296
Patrimônio líquido	(5.336.929)	(5.458.663)	(4.583.448)
Capital de terceiros x capital próprio	(1,42)	(1,27)	(1,44)
Passivo circulante	615.551	548.025	520.211
Passivo não circulante	6.952.419	6.398.295	6.075.296
Ativo total	2.231.041	1.487.657	2.012.059
Índice de endividamento geral	3,39	4,67	3,28

b. Estrutura de capital.

A estrutura de capital da OSX em 2021 apresentava R\$615 milhões no Passivo Circulante e R\$6,95 bilhões no Passivo Não-Circulante, representando R\$7,56 bilhões de recursos de terceiros e Patrimônio Líquido Negativo de R\$5,3 bilhões.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

A estrutura de capital da OSX em 2020 apresentava R\$548 milhões no Passivo Circulante e R\$6,39 bilhões no Passivo Não-Circulante, representando R\$6,94 bilhões de recursos de terceiros e Patrimônio Líquido Negativo de R\$5,4 bilhões.

A estrutura de capital da OSX em 2019 apresentava R\$520 milhões no Passivo Circulante e R\$6 bilhões no Passivo Não-Circulante, representando R\$4,3 bilhões de recursos de terceiros e Patrimônio Líquido Negativo de R\$4,5 bilhões.

c. Capacidade de pagamento em relação aos compromissos financeiros assumidos.

Conforme mencionado no item 10.1.a. acima, a Companhia tem sua capacidade de pagamento afetada negativamente em decorrência da sua atual situação financeira.

Durante o segundo semestre de 2013, a OSX enfrentou um agravamento da sua situação financeira. Devido à situação conjuntural da Companhia à época, a OSX ajuizou pedido de recuperação judicial junto à Comarca da Capital do Estado do Rio de Janeiro.

Em 2014, a Companhia apresentou os Planos de Recuperação Judicial que foram aprovados em Assembleias Gerais de Credores e em 19 de dezembro de 2014, o Juízo da 3ª Vara Empresarial da Comarca da Capital do Rio de Janeiro homologou os três Planos de Recuperação Judicial.

Em 2015, em cumprimento ao Plano de Recuperação Judicial da OSX Açú, foi celebrado PdA (contrato de gestão), com o propósito de gerenciar de forma mais eficiente a exploração comercial da área total de 3.200.000m².

Em relação aos compromissos referente ao direito de uso da área OSX Açú, vale destacar que continua em vigor o acordo de *standstill* celebrado entre a Companhia e suas controladas com a PdA. Nos termos do acordo, a PdA concordou em abster-se de adotar qualquer medida para exigir das referidas empresas quaisquer obrigações pecuniárias, vencidas e vincendas, assumidas pelo Grupo OSX perante à PdA, incluindo, dentre outras, os aluguéis vencidos e vincendos que passariam a ser devidos pela OSX Açú à PdA, a partir do mês de setembro de 2018.

Em novembro de 2020 foi prolatada sentença de pelo Juízo da 3ª Vara Empresarial da Comarca da Capital do Rio de Janeiro, encerrando a recuperação judicial da Companhia e da OSX Açú.

No âmbito operacional, a companhia vem apresentando novos contratos de locação com diversificação de clientes e aumento de receita, possibilitando a criação de uma robusta carteira de recebíveis de longo

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

prazo, com o objetivo de fazer frente aos seus compromissos financeiros, permitindo a manutenção do cumprimento do seu plano de recuperação judicial.

A Dívida Líquida da Companhia nos dois últimos exercícios sociais é a seguinte:

Em R\$ milhões	2021	2020	2019
Dívida bruta	4.755	4.500	4.308
Posição de caixa	4,83	0,82	1,12
Dívida líquida	4.750,2	4.499,2	4.306,9

d. Fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não circulantes utilizadas

Contrato CEF

Em 27 de abril de 2012, a OSX Açúcar recebeu R\$400 milhões em uma linha de empréstimo-ponte junto à Caixa Econômica Federal (“CEF”) destinada à implantação da UCN Açúcar (“Contrato CEF”).

O prazo de pagamento do Contrato CEF era de 18 (dezoito) meses, com vencimento previsto contratualmente em 19 de outubro de 2013, sendo principal e juros pagos ao final do período ou com recursos dos primeiros desembolsos do empréstimo de longo prazo do FMM - Fundo da Marinha Mercante, para o qual a OSX Açúcar recebeu prioridade de financiamento em junho de 2011.

A Caixa Econômica Federal aprovou a extensão do vencimento do Contrato CEF para 19 de outubro de 2014 e o contrato de garantia desse empréstimo, firmado com o Banco Santander S.A. (“Santander”), também foi aditado pelo mesmo prazo.

Com a aprovação do plano de recuperação judicial da companhia, o Contrato CEF passou a estar sujeito aos seus termos e condições, tendo sido aditado, de modo que o prazo de vencimento passou a estar previsto para 2036.

Financiamento DIP

Em 15 dezembro de 2015 a OSX Açúcar celebrou o Instrumento Particular de Primeira Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie com Garantia Real, com Garantia Fidejussória Adicional

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

(“Escritura de Emissão de Debêntures DIP”) em 8 (oito) séries, como financiamento extraconcursal para os fins do seu plano de recuperação judicial (“Emissão de Debêntures DIP”).

Os recursos obtidos mediante a Emissão de Debêntures DIP de séries ímpares foram destinados ao pagamento de despesas relacionadas à recuperação judicial e de determinados investimentos em capital e despesas operacionais para a manutenção das atividades da OSX Açú, conforme previsto no plano de recuperação judicial.

Já os recursos obtidos mediante a Emissão de Debêntures DIP de séries pares foram destinados ao refinanciamento de dívidas da OSX Açú junto a credores financiadores que integralizaram as Debêntures DIP mediante a capitalização de seus créditos concursais e/ou extraconcursais.

e. Fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não circulantes que pretende utilizar para cobertura de deficiências de liquidez.

A Companhia não pretende utilizar financiamento de capital de giro ou para investimentos em ativos não circulantes.

f. Níveis de endividamento e as características de tais dívidas, descrevendo: (i) contratos de empréstimo e financiamento relevantes; (ii) outras relações de longo prazo com instituições financeiras; (iii) grau de subordinação entre as dívidas; e (iv) eventuais restrições impostas à Companhia, em especial, em relação a limites de endividamento e contratação de novas dívidas, à distribuição de dividendos, à alienação de ativos, à emissão de novos valores mobiliários e à alienação de controle societário, bem como o cumprimento de restrições.

Financiamento DIP

Os créditos decorrentes da Emissão de Debêntures DIP serão pagos e amortizados em até 10 (dez) anos, renováveis por mais 10 (dez) anos, com amortização programada do valor principal, juros remuneratórios equivalentes a 100% (cem por cento) da Taxa DI sobre o valor unitário de cada debênture, na forma da Escritura de Emissão de Debêntures DIP.

Sem prejuízo das condições de pagamento previstas, as debêntures serão amortizadas extraordinária e compulsoriamente nas hipóteses de existência de recursos excedentes disponíveis na Conta Centralizadora e/ou evento de pagamento antecipado por venda de ativos, nos termos da cláusula 1.1.86 do Plano de Recuperação Judicial da Companhia.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

O Plano de Recuperação Judicial da Companhia prevê a destinação das receitas auferidas pela Companhia, que estão subordinadas ao pagamento de (i) todos os custos e despesas, diretos e indiretos, de operação e manutenção da área cedida à OSX com exploração de suas atividades; (ii) do aluguel corrente devido à PdA pela cessão de direito de uso da área do Porto do Açú; (iii) das despesas gerais e administrativas da Companhia; (iv) do aluguel diferido devido à PdA. Após quitação dos referidos créditos, a integralidade das receitas geradas pela Companhia a partir da exploração da área do Porto do Açú será destinada à amortização dos créditos decorrentes da subscrição das Debêntures DIP de séries ímpares de emissão da Companhia, tendo em vista que constituem créditos extraconcursais que deverão ser pagos com precedência aos demais créditos, da forma definida na Escritura de Emissão de Debêntures DIP.

Em caso de falência da OSX Açú, os créditos decorrentes da Emissão Debêntures DIP serão pagos com procedência, inclusive do pagamento de outros créditos extraconcursais, observado o disposto nos artigos 84, 85, 149 e demais disposições aplicáveis da Lei de Falências. Já os créditos que forem utilizados pelos credores concursais e/ou credores extraconcursais aderentes ao Plano de Recuperação Judicial para integralização das Debêntures DIP serão considerados novados, na forma da Escritura de Emissão das Debêntures DIP.

Como restrições impostas à OSX Açú, a Escritura de Emissão de Debêntures DIP prevê hipóteses de vencimento antecipado das Debêntures DIP, casos em que será devido o valor unitário das Debêntures DIP, acrescido da respectiva remuneração, calculada *pro rata temporis*.

Dentre as hipóteses de vencimento antecipado das Debêntures DIP, estão previstas, notadamente, mas não somente: falência da OSX Açú, da Companhia e/ou de suas subsidiárias; extinção, liquidação e dissolução da OSX Açú e/ou da Companhia; reorganizações societárias no âmbito da Companhia e/ou da OSX Açú; descumprimento de obrigações pecuniárias previstas na Escritura de Emissão de Debêntures DIP; desapropriação ou nacionalização de ativos dados em garantia e/ou de titularidade da Companhia e/ou da OSX Açú; dentre outras.

Contrato de Financiamento com a Caixa Econômica Federal

Em 27 de abril de 2012, a OSX Açú celebrou o Contrato de Financiamento com a CEF, vide item 10.1.d.

Para assegurar o pagamento de quaisquer obrigações decorrentes do contrato de financiamento entre CEF e OSX Açú, como principal da dívida, juros e multas, a OSX constituiu, em favor da CEF, instrumentos de garantias, dos quais se destacam (i) propriedade fiduciária das máquinas e equipamentos a serem instalados nos imóveis utilizados para a instalação da UCN Açú; (ii) cessão condicional do direito de uso sobre todos os imóveis utilizados para a implantação da UCN; (iii) penhor de ações de emissão da OSX

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Açu; (iv) fiança da OSX Brasil, representando a totalidade do saldo devedor do financiamento; dentre outros.

Dentre as hipóteses de vencimento antecipado do Contrato CEF, estão previstas, notadamente, mas não somente, a ocorrência de: (i) durante o prazo de vigência do contrato de financiamento, de alteração do controle efetivo, direto ou indireto, da OSX Açu, sem prévia anuência da CEF; (ii) fusão, cisão, dissolução, incorporação, transformação, redução, abertura ou fechamento de capital sem anuência da CEF, salvos os casos onde seja mantido o controle indireto final pelo garantidor pessoa física do contrato e de transferência causa mortis do controle indireto da OSX Construção Naval.

O Plano de Recuperação Judicial da Companhia prevê a destinação das receitas auferidas pela Companhia, que estão subordinadas ao pagamento de (i) todos os custos e despesas, diretos e indiretos, de operação e manutenção da área cedida à OSX com exploração de suas atividades; (ii) o aluguel corrente devido à Prumo pela cessão de direito de uso da área do Porto do Açu; (iii) despesas gerais e administrativas da Companhia; (iv) o aluguel diferido devido à Prumo; e (v) o pagamento integral dos créditos decorrentes da subscrição das Debêntures DIP. Após quitação dos referidos créditos, as receitas geradas pela Companhia a partir da exploração da área do Porto do Açu serão destinadas à amortização das parcelas mensais do crédito decorrente do Contrato CEF.

g. limites de utilização dos financiamentos já contratados.

Não houve contratação de novos financiamentos nos últimos 3 (três exercícios sociais). Os valores referentes aos financiamentos contratados já foram 100% (cem por cento) utilizados, conforme item 10.1.f. acima.

h. alterações significativas em cada item das demonstrações financeiras.

(i) Principais variações nas Demonstrações de Resultado Consolidadas de 31 de dezembro de 2020 para 31 de dezembro de 2021:

	Consolidado		Δ
	31/12/2021	31/12/2020	Consolidado
Receita operacional bruta	26.406	11.054	15.352
Deduções da receita bruta	(2.601)	(1.023)	(1.578)
Receita de venda de bens e/ou serviços	23.805	10.031	13.774

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Custo dos bens e/ou serviços vendidos	-	-	-
Resultado bruto	23.805	10.031	13.774
Receitas (despesas) operacionais			
Administrativas e gerais	(71.541)	(26.072)	(45.469)
Despesas com opção de ações outorgadas	-	-	-
Despesas com depreciação e amortização	(15.917)	(14.417)	(1.500)
Gastos com implantação	-	-	-
Provisão para investimento com patrimônio líquido negativo	-	-	-
Obrigação de garantia com partes relacionadas	-	-	-
Avaliação ao valor justo de propriedade para investimento	896.990	(552.918)	1.449.908
Outras (despesas) receitas operacionais (líquida)	(177)	1.867	(2.044)
	809.355	(591.540)	1.400.895
Resultado de equivalência patrimonial	837	252	585
Resultado antes do resultado financeiro e dos tributos	833.997	(581.257)	1.415.254
Resultado financeiro			
Receitas financeiras	993	821	172
Despesas financeiras	(399.624)	(279.884)	(119.740)
Instrumentos derivativos	-	-	-
Variação cambial, líquida	(7.507)	(40.997)	33.490
	(406.138)	(320.060)	(86.078)
Resultado antes dos tributos sobre o lucro	427.859	(901.317)	1.329.176

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Imposto de renda e contribuição social corrente	(18)	(9)	(9)
Imposto de renda e contribuição social diferido	(304.981)	29.415	(334.396)
Resultado de ativo disponível para venda	-	-	-
Prejuízo líquido do período	122.860	(871.911)	(334.405)
Atribuído aos acionistas não controladores:	300	(1.676)	1.976
Atribuído aos acionistas controladores:	122.560	(870.235)	992.795
Lucro básico e diluído por ação (em R\$)	39,03	(276,97)	316

Receita Líquida: Em 2021, a receita líquida total da OSX somou R\$23,8 milhões, com aumento de 137% em comparação ao ano anterior. Em 2020, a receita líquida total da OSX somou R\$10 milhões.

Custos dos bens e/ou serviços vendidos: Não houve custos de bens e/ou serviços prestados no exercício social de 2021, como também não houve no exercício social de 2020.

Administrativas e gerais: Essas despesas totalizaram R\$71,5 milhões em 2021, representando um aumento de 174% com relação ao ano anterior. O aumento é basicamente referente aos serviços de terceiros contratados e manutenção da área.

Outras Receitas/Despesas Operacionais: No exercício social findo em 31 de dezembro de 2021, a Companhia identificou indicativo de *valuation* de R\$897 milhões na UCN Açú.

Resultado de Equivalência Patrimonial: Em 2021, a OSX registrou aumento de R\$837 mil em equivalência patrimonial oriunda do ajuste do percentual de participação na UCN Açú, o que representa um aumento de 232% em comparação ao ano anterior.

Receitas financeiras: As receitas financeiras de 2021 somaram R\$993 mil frente aos R\$821 mil do exercício social do ano anterior.

Despesas financeiras: As despesas financeiras aumentaram para R\$399 milhões, frente ao montante de R\$279 milhões em 2020, a variação se justifica pela contabilização de juros sobre fiança, empréstimo e debêntures.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Instrumentos derivativos: Em 2021 e 2020 a Companhia não tinha posições de hedge.

Imposto de renda e contribuição social corrente: O montante total de R\$18 mil foi constituído sobre lucro tributável apurado no exercício de 2021 pela OSX Serviços Gerais Ltda. - Em Liquidação (“OSX Serviços Gerais”) o que representa um aumento de 100% em comparação ao exercício social anterior.

Imposto de renda e contribuição social diferidos: Em 2021 foi diferido imposto de renda e contribuição social na ordem de R\$305 milhões, em 2020 houve uma reversão da provisão do imposto de renda e contribuição social na ordem de R\$29,415 milhões referente aos anos de 2017 e 2018.

Resultado do Período: O lucro da Companhia foi de R\$122,860 milhões em 2021, variando positivamente em R\$994,771 milhões em relação ao exercício social anterior, quando a OSX apresentou prejuízo de R\$871,911 milhões. Esta variação se deve ao teste de *valuation* da OSX Brasil - Porto do Açu S.A. realizado no terceiro trimestre de 2021 o qual gerou uma valorização de R\$ 897 milhões da propriedade do investimento.

(ii) Principais variações nas Demonstrações de Resultado Consolidadas de 31 de dezembro de 2019 para 31 de dezembro de 2020:

	Consolidado		Δ Consolidado
	31/12/2020	31/12/2019	
Receita operacional bruta	11.054	13.237	(2.183)
Deduções da receita bruta	(1.023)	(1.244)	201
Receita de venda de bens e/ou serviços	10.031	12.013	(1.982)
Custo dos bens e/ou serviços vendidos	-	-	-
Resultado bruto	10.031	12.013	(1.982)
Receitas (despesas) operacionais			
Administrativas e gerais	(26.072)	(19.039)	7.033
Despesas com depreciação e amortização	(14.417)	(14.440)	(23)

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Avaliação ao valor justo de propriedade para investimento	(552.918)	(188.712)	(364.206)
Outras (despesas) receitas operacionais (líquida)	1.867		1.867
	(591.540)	(222.191)	(369.349)
Resultado de equivalência patrimonial	252	(626)	374
Resultado antes do resultado financeiro e dos tributos	(581.257)	(210.804)	(370.453)
Resultado financeiro			
Receitas financeiras	821	2.471	(1.650)
Despesas financeiras	(279.884)	(356.328)	76.444
Variação cambial, líquida	(40.997)	(3.962)	(37.035)
	(320.060)	(357.819)	37.759
Resultado antes dos tributos sobre o lucro	(901.317)	(568.623)	(332.694)
Imposto de renda e contribuição social corrente	(9)	(5)	(4)
Imposto de renda e contribuição social diferido	(29.415)	-	(29.415)
Prejuízo líquido do período	(871.911)	(568.628)	303.283
Atribuído aos acionistas não controladores:	(1.676)	(1.080)	(596)
Atribuído aos acionistas controladores:	(870.235)	(567.548)	(302.687)
Lucro básico e diluído por ação (em R\$)	(276,97)	(180,63)	(96,34)

Receita Líquida: Em 2020, a receita líquida total da OSX somou R\$10 milhões, com redução de 17% em comparação ao ano anterior. Em 2019, a receita líquida total da OSX somou R\$12 milhões.

Custos dos bens e/ou serviços vendidos: Não houve custos no exercício social de 2020, como também não houve no exercício social de 2019.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Administrativas e gerais: Essas despesas totalizaram R\$26 milhões em 2020, representando um aumento de 37% com relação ao ano anterior. O aumento é basicamente referente a de custos com serviços de terceiros.

Outras Receitas/Despesas Operacionais: No período de doze meses findo em 31 de dezembro de 2020, a Companhia identificou indicativo de *impairment* R\$553 milhões na UCN Açú

Resultado de Equivalência Patrimonial: Em 2020, a OSX registrou um aumento de R\$252 mil em equivalência patrimonial.

Receitas financeiras: As receitas financeiras de 2020 somaram R\$821 mil frente aos R\$2,4 milhões do exercício social do ano anterior.

Despesas financeiras: As despesas financeiras diminuíram para R\$278 milhões, frente ao montante de R\$356 milhões em 2019. Esta variação se justifica pela contabilização de juros sobre fiança, empréstimo e debêntures.

Instrumentos derivativos: Em 2020 e 2019 a Companhia não tinha posições de Hedge.

Imposto de renda e contribuição social corrente: O montante total de R\$9 mil foi constituído sobre lucro tributável apurado no exercício de 2020 pela OSX Serviços Gerais o que representa um aumento de 80% em comparação ao exercício social anterior.

Imposto de renda e contribuição social diferidos: Em 2020 houve uma reversão da provisão do imposto de renda e contribuição social na ordem de R\$29 milhões referente aos anos de 2017 e 2018. Em 2019 não houve imposto de renda e contribuição social.

Resultado do Período: O prejuízo da Companhia foi de R\$872 milhões em 2020, variando negativamente em R\$304 milhões em relação ao ano anterior, quando a OSX apresentou prejuízo de R\$568 milhões. A variação se deve ao *impairment* da UCN Açú.

(iii) Principais variações no Balanço Patrimonial Consolidado de 31 de dezembro de 2021 para 31 de dezembro de 2020:

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

	Consolidado		Δ Consolidado
Ativo	31/12/2021	31/12/2020	
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	4.829	826	4.003
Cientes	3.769	3.000	769
Adiantamentos diversos	3.867	3.944	(77)
Tributos a recuperar	-	-	-
Despesas antecipadas	608	517	91
Ativos destinados a venda	-	-	-
Depósitos judiciais	1.490	2.228	(738)
Outros Créditos	-	-	-
	14.563	10.515	4.048
Não Circulante Realizável a longo prazo			
Partes relacionadas	-	-	-
Tributos a recuperar	36.384	36.337	47
Outras contas a receber	-	15	(15)
IR e CSLL diferidos	-	-	-
	36.384	36.352	32
Investimentos	3.227	2.428	799
Propriedade para investimento	1.834.000	936.996	897.004
Imobilizado	292	621	(329)

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Intangível	342.575	500.745	(158.170)
	2.216.478	1.477.142	739.336
	2.231.041	1.487.657	743.384

	Consolidado		Δ
	31/12/2021	31/12/2020	Consolidado
Passivo			
Circulante			
Fornecedor	237.165	225.089	12.076
Obrigações fiscais	47.511	27.028	20.483
Obrigações sociais e trabalhistas	383	498	(115)
Adiantamento de clientes	10.020	12.190	(2.170)
Direito de uso Porto do Açu	157.084	120.736	36.348
Partes relacionadas extraconcursais	163.381	162.477	904
Outros	7	7	-
	615.551	548.025	67.526
Não Circulante Realizável a longo prazo			
Fornecedores	1.260.971	1.135.134	125.837
Empréstimos e financiamentos extraconcursais	1.617.412	1.494.033	123.379
Debêntures	3.137.546	3.006.329	131.217
Tributos diferidos	304.981	-	304.981
Direito de uso Porto do Açu	243.389	415.064	(171.675)

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Partes relacionadas concursais	21.545	21.545	-
Provisão para contingência	298.550	264.874	33.676
Fianças	68.025	61.316	6.709
	6.952.419	6.398.295	554.124
Patrimônio líquido			
Capital social	35.264	35.264	-
(-) Custo emissão de ações	(81.057)	(81.057)	-
Ajustes acumulados na conversão de moeda estrangeira	1.701.248	1.702.374	(1.126)
Prejuízos acumulados	(6.982.752)	(7.105.312)	122.560
	(5.327.297)	(5.448.731)	121.434
Participação de acionistas não controladores	(9.632)	(9.932)	300
Total do passivo líquido (passivo a descoberto)	(5.336.929)	(5.458.663)	(121.734)
	2.231.041	1.487.657	743.384

Ativo Circulante:

Caixa e Equivalentes de Caixa: O saldo aumentou em aproximadamente R\$4 milhões entre os exercícios sociais de 2021 e 2020. O aumento do Caixa e Equivalentes de Caixa se referem aos novos contratos de aluguéis firmados ao longo do ano de 2021 da área do Porto do Açu.

Clientes: O saldo da conta de clientes em 31 de dezembro de 2021 é aproximadamente R\$3,7 milhões, o que representa uma variação positiva de 0,25% em relação ao exercício social de 2020, tal variação se deve ao aluguel de área.

Ativo Não-Circulante:

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Tributos a recuperar: Os créditos tributários da Companhia são compostos, basicamente, por saldo negativo de exercícios anteriores e retenções de terceiros. A Companhia tem a expectativa de realização de todo o saldo, através de compensações com outros impostos federais e por pedido de restituição protocolado junto à receita federal, conforme previsto em lei.

Investimentos: o valor do investimento em 2021 era de aproximadamente R\$3 milhões, o que representa uma variação positiva de 33% em relação ao exercício social de 2020. Tal variação se deve à atualização da equivalência patrimonial.

Propriedade para investimentos: em 31 de dezembro de 2021, o valor era de aproximadamente R\$1,834 bilhões. O aumento do valor em comparação com 2020 se deve em razão do *valuation* da OSX Açú.

Imobilizado: o valor do imobilizado em 2021 era de R\$292 mil, representando uma diminuição de R\$329mil em comparação com exercício social de 2020. Tal variação se deve ao inventário físico feito em 2021 e depreciação e amortização.

Passivo Circulante:

Obrigações Sociais e Trabalhistas: Em 31 de dezembro de 2021, as obrigações sociais e trabalhistas eram compostas por (i) R\$292 mil referentes a salários, encargos sobre folha de pagamento e (ii) R\$91 mil referentes a provisão de férias e 13º salário, totalizando o montante de R\$383 mil.

Fornecedores: A variação verificada nesta rubrica em 2021 comparado ao ano anterior é justificada pela atualização da dívida concursal e extraconcursal e a variação cambial.

Obrigações Fiscais: O saldo registrado em 2021 era de aproximadamente R\$47 milhões frente à aproximadamente R\$27 milhões em 2020. Esta rubrica é composta por impostos a recolher pela Companhia e suas controladas, e sua principal variação entre os períodos refere-se à reclassificação dos valores da dívida ativa para a conta de provisão de contingências fiscais, sendo: (i) R\$294 mil de INSS (ii) R\$2,6 milhões de PIS/COFINS; (iii) R\$4,8 milhões de IRPJ; (iv) R\$847 mil de CSLL; e (v) R\$38,9 milhões de outras obrigações fiscais.

Empréstimos e Financiamentos (Circulante e Não Circulante): A variação dos empréstimos e financiamentos entre 2021 e 2020, foi no valor de R\$131 milhões considerando as Debêntures, e de R\$123 milhões considerando apenas as operações de empréstimos, tal variação se deve aos juros e multa.

Adiantamento de Clientes: O saldo de adiantamento de clientes em 31 de dezembro de 2021 no valor de R\$10 milhões oriundo do cliente Porto do Açú Operações S.A.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Patrimônio Líquido: Em 2020, o patrimônio líquido consolidado da Companhia era negativo em R\$5,4 bilhões e passou para R\$5,3 bilhões em 2021, representando uma variação positiva de R\$121 milhões. Esta variação refere-se, especialmente, ao lucro do exercício no valor de R\$122 milhões”

Principais variações no Balanço Patrimonial Consolidado de 31 de dezembro de 2019 para 31 de dezembro de 2020:

Consolidado		Δ
31/12/2019		Consolidado
Ativo	31/12/2020	
Circulante		
Caixa e equivalentes de caixa	826	1.115 (289)
Clientes	3.000	7.020 4.020
Adiantamentos diversos	3.944	3.895 49
Tributos a recuperar	-	- -
Despesas antecipadas	517	585 (68)
Ativos destinados a venda	-	- -
Depósitos judiciais	2.228	1.823 405
Outros Créditos	-	- -
	10.515	14.438 (3.923)
Não Circulante Realizável a longo prazo		
Partes relacionadas	-	- -
Tributos a recuperar	36.337	42.106 (5.769)
Outras contas a receber	15	387 (372)
IR e CSLL diferidos	-	- -
	36.352	42.493 (6.141)
Investimentos	2.428	2.164 264
Propriedade para investimento	936.996	1.489.914 552.918
Imobilizado	621	1.037 (416)
Intangível	500.745	462.013 38.732
	1.477.142	1.997.621 (520.479)

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

	1.487.657	2.012.059	(524.402)
	Consolidado		Δ
Passivo	31/12/2020	31/12/2019	Consolidado
Circulante			
Fornecedor	225.089	237.303	(12.214)
Obrigações fiscais	27.028	26.646	382
Obrigações sociais e trabalhistas	498	1.150	(652)
Adiantamento de clientes	12.190	15.263	(3.073)
Direito de uso Porto do Açu	120.736	80.165	40.571
Partes relacionadas extraconcursais	162.477	159.670	2.807
Outros	7	14	(7)
	548.025	520.211	27.814
Não Circulante Realizável a longo prazo			
Fornecedores	1.135.134	1.010.972	124.162
Empréstimos e financiamentos extraconcursais	1.494.033	1.383.615	110.418
Debêntures	3.006.329	2.924.378	81.951
Tributos diferidos		29.097	(29.415)
Direito de uso Porto do Açu	415.064	397.716	17.348
Partes relacionadas concursais	21.545	21.545	-
Provisão para contingência	264.874	252.312	12.562
Fianças	61.316	55.343	5.973
	6.398.295	6.075.296	322.999
Patrimônio líquido			
Capital social	35.264	35.264	-
(-) Custo emissão de ações	(81.057)	(81.057)	-

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Ajustes acumulados na conversão de moeda estrangeira	1.702.374	1.705.678	(3.304)
Prejuízos acumulados	(7.105.312)	(6.235.077)	(870.235)
	(5.448.731)	(4.575.192)	(873.539)
Participação de acionistas não controladores	(9.932)	(8.256)	(1.676)
Total do passivo líquido (passivo a descoberto)	(5.458.663)	(4.583.448)	(875.215)
	1.487.657	2.012.059	(524.402)

Ativo Circulante:

Caixa e Equivalentes de Caixa: O saldo foi reduzido em aproximadamente R\$289 mil entre os exercícios sociais de 2019 e 2020. A redução do Caixa e Equivalentes de Caixa se referem ao aluguel da área e a celebração de aditivo ao Contrato de Locação da área com a Dome, no qual foi prevista a redução dos valores pagos no período de 2020, por conta da pandemia de Covid19.

Clientes: O saldo da conta de clientes em 31 de dezembro de 2020 é aproximadamente R\$3 milhões, o que representa uma variação negativa de 58% em relação ao exercício social de 2019, tal variação se deve especialmente ao fim dos valores oriundos da Eletroação no período de 2020.

Ativo Não-Circulante:

Tributos a recuperar: Os créditos tributários da Companhia são compostos, basicamente, por saldo negativo de exercícios anteriores e retenções de terceiros. A Companhia tem a expectativa de realização de todo o saldo, através de compensações com outros impostos federais e por pedido de restituição protocolado junto a receita federal, conforme previsto em lei.

Investimentos: o valor do investimento em 2020 era de aproximadamente R\$2,4 milhões, o que representa uma variação positiva de 12% em relação ao exercício social de 2019. Tal variação se deve especialmente a *valuation* da participação indireta da Companhia na Integra Offshore Ltda.

Propriedade para investimentos: em 31 de dezembro de 2020, o valor era de aproximadamente R\$936 milhões. A diminuição se deve em razão do *impairment* de 2020 em relação ao ano anterior.

Imobilizado: o valor do imobilizado em 2020 era de R\$621 mil, representando uma diminuição de R\$416 mil em comparação com exercício social de 2019. Tal variação se deve à depreciação e amortização.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Passivo Circulante:

Obrigações Sociais e trabalhistas: Em 31 de dezembro de 2020, as obrigações sociais e trabalhistas eram compostas por (i) R\$169 mil referentes a salários, encargos sobre folha de pagamento e (ii) R\$197 mil referentes a provisão de férias e 13º salário, totalizando o montante de R\$498 mil.

Fornecedores: A variação verificada nesta rubrica em 2020 comparado ao ano anterior é justificada pela atualização da dívida concursal e extraconcursal e a variação cambial.

Obrigações fiscais: O saldo registrado em 2020 era de aproximadamente R\$27 milhões frente à aproximadamente R\$26,6 milhões em 2019. Esta rubrica é composta por impostos a recolher pela Companhia e suas controladas, e sua principal variação entre os períodos refere-se à reclassificação dos valores da dívida ativa para a conta de provisão de contingências fiscais, sendo: (i) R\$294 mil de INSS (ii) R\$7 milhões de PIS/COFINS; (iii) R\$4,7 milhões de IRPJ; (iv) R\$817 mil de CSLL; e (v) R\$14 milhões de outras obrigações fiscais.

Empréstimos e Financiamentos (Circulante e Não Circulante): A variação dos empréstimos e financiamentos entre 2020 e 2019 foi no valor de R\$166 milhões considerando as debêntures, e de R\$125 milhões considerando apenas as operações de empréstimos, tal variação se deve aos juros e multa.

Adiantamento de Clientes: O saldo de adiantamento de clientes em 31 de dezembro de 2020 no valor total de R\$12,1 milhões.

Patrimônio Líquido: Em 2019, o patrimônio líquido negativo consolidado da Companhia era de R\$4,5 bilhões e passou para R\$5,4 bilhões em 2020, representando uma redução de R\$875 milhões. Esta variação refere-se, especialmente, ao prejuízo do exercício no valor de R\$870 milhões.

10. Comentários dos diretores / 10.2 - Resultado operacional e financeiro

10.2. - Os diretores devem comentar:

a. Resultados das operações da Companhia, em especial:

(i) descrição de quaisquer componentes importantes da receita.

Em 31 de dezembro de 2021, a Companhia registrou receita de aproximadamente R\$26 milhões, relacionadas a contratos de locação da área no Porto do Açu e à venda de bens inservíveis.

Em 31 de dezembro de 2020, a Companhia registrou receita de aproximadamente R\$11 milhões, relacionadas ao contrato de locação da área no Porto do Açu e a venda de bens inservíveis.

Em 31 de dezembro de 2019, a Companhia registrou receita de aproximadamente R\$12 milhões, relacionadas ao contrato de locação da área no Porto do Açu.

(ii) fatores que afetaram materialmente os resultados operacionais.

O resultado operacional da Companhia em 31 de dezembro de 2021 foi positivo em aproximadamente R\$122 milhões, devido, principalmente, ao *valuation* da área da OSX Açu.

O resultado operacional da Companhia em 31 de dezembro de 2020 foi negativo em aproximadamente R\$581 milhões, devido, principalmente, ao custo da dívida da OSX Açu.

O resultado operacional da Companhia em 31 de dezembro de 2019 foi negativo em aproximadamente R\$211 milhões, devido, principalmente, ao custo da dívida da OSX Açu.

b. Variações das receitas atribuíveis a modificações de preços, taxas de câmbio, inflação, alterações de volumes e introdução de novos produtos e serviços

Para os exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2021, 2020 e 2019, a Companhia apresentou receita conforme descrito no item 10.2 (a) (i).

A receita operacional bruta da Companhia está sujeita à variação anual, decorrente de atualização do IGPM, aplicada sobre o valor do aluguel da área arrendada do Porto do Açu. A receita financeira da Companhia também sofre variações decorrentes de atualizações e variações da taxa Selic, aplicada mensalmente, aos impostos a recuperar da Companhia.

Em 2021, houve aumento de receita após a celebração de novos contratos com diversificação de clientes, bem como aumento de receita decorrente de revisão contratual

10. Comentários dos diretores / 10.2 - Resultado operacional e financeiro

e ampliação das áreas efetivamente ocupadas pelos clientes.

c. Impacto da inflação, da variação de preços dos principais insumos e produtos, do câmbio e taxa de juros no resultado operacional e no resultado financeiro da Companhia.

Nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2021, 2020 e 2019 o resultado financeiro líquido da Companhia foi impactado por variações na taxa de câmbio (real/dólar americano), decorrentes da existência de passivos em dólares americanos, expressos em reais.

É possível ressaltar ainda que o aumento severo da taxa DI acarrete grande impacto nas despesas de juros sobre dívidas financeiras, em razão do vínculo da Taxa DI com parte significativa da dívida da OSX, em especial os débitos concursais listados no quadro geral de credores da companhia.

10. Comentários dos diretores / 10.3 - Efeitos relevantes nas DFs

10.3 - Eventos com efeitos relevantes, ocorridos e esperados, nas demonstrações financeiras.

a. Introdução ou alienação de segmento operacional.

Para os exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2021, 2020 e 2019, não houve introdução ou alienação de segmentos operacionais da Companhia.

b. Constituição, aquisição ou alienação de participação societária.

Para os exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2021, 2020 e 2019, não houve constituição, aquisição ou alienação de participação societária.

c. Eventos ou operações não usuais.

Para os exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2021, 2020 e 2019, não houve evento ou operação não usual.

10. Comentários dos diretores / 10.4 - Mudanças práticas cont./Ressalvas e ênfases

10.4 - Mudanças significativas nas práticas contábeis - Ressalvas e ênfases no parecer do auditor

a. Mudanças significativas nas práticas contábeis.

As Demonstrações Financeiras Consolidadas dos períodos findos em 31 de dezembro de 2019, 31 de dezembro de 2020 e 31 de dezembro de 2021 são apresentadas em conformidade com as normas internacionais de relatório financeiro (“IFRS”) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (“IASB”) e também de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (“BR GAAP”).

Para as demonstrações financeiras referentes aos exercícios sociais de 2021, 2020 e 2019, a Companhia informa que não houve alterações de práticas contábeis.

b. Efeitos significativos das alterações em práticas contábeis.

Para as demonstrações financeiras referentes aos exercícios sociais de 2021, 2020 e 2019, a Companhia informa que não houve alterações de práticas contábeis.

c. Ressalvas e ênfases presentes no parecer do auditor.

O relatório dos auditores independentes sobre as Demonstrações Financeiras referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021 foi emitido sem ressalvas, fundada nas seguintes bases reproduzidas abaixo:

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da OSX Brasil S.A. - Em Recuperação Judicial (“Companhia”), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da OSX em 31 de dezembro de 2021, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo “International Accounting Standards Board” (IASB).

10. Comentários dos diretores / 10.4 - Mudanças práticas cont./Ressalvas e ênfases

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas”. Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Incerteza significativa relacionada com a continuidade operacional

Chamamos a atenção para a nota explicativa n.º 1 às informações financeiras individuais e consolidadas, que indica que a Companhia e suas controladas estão em processo de recuperação judicial. Os Planos dependiam de aprovação pela maioria dos credores listados, tanto em quantidade quanto em valor para ser colocado em andamento, o que ocorreu em dezembro de 2014.

Com a aprovação dos planos, a Companhia e suas controladas deverão atender condições para o sucesso da Recuperação Judicial, entre elas: aporte de novos recursos; reestruturação de dívidas contraídas perante seus credores; renegociação do endividamento referente a conversão dos créditos em capital da Companhia; reestruturações necessárias nos órgãos de administração; alienação de bens que integram seu ativo permanente.

Chamamos a atenção para o fato da Companhia e seu consolidado estarem apresentando deficiência de capital de giro no montante de R\$ 366.074 mil e R\$600.988 mil respectivamente e prejuízos constantes. Os prejuízos acumulados montam R\$6.982.752 mil, indicando a existência de incerteza significativa quanto à capacidade da Companhia continuar operando, indicando, inclusive, a possibilidade da Companhia e suas controladas não serem capazes de realizarem seus ativos e saldarem seus passivos durante o curso normal dos negócios.

Uma incerteza significativa existe quando a magnitude potencial de seu impacto e a probabilidade de sua ocorrência são tais que, no julgamento do auditor independente, a adequada divulgação da natureza e das implicações da incerteza é necessária para apresentação adequada das demonstrações financeiras.

Conforme determinado pela NBC TA 570, concluímos que o uso do pressuposto de continuidade operacional é apropriado nas circunstâncias, porém existe incerteza significativa sobre a capacidade de continuidade operacional relacionada ao sucesso do plano de recuperação judicial, tendo em vista o atendimento de todas as condições demonstradas anteriormente.

10. Comentários dos diretores / 10.4 - Mudanças práticas cont./Ressalvas e ênfases

Concluimos, também, que as informações financeiras descrevem adequadamente, através das notas explicativas nº 1 e nº 27, os principais eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa quanto à capacidade de continuidade operacional e os planos da administração para tratar desses eventos ou condições.

Ênfases

Fornecedores

A Companhia e suas controladas apresentavam em 31 de dezembro de 2021 os montantes de R\$100.335 mil e R\$1.498.136 mil na controladora e no consolidado, respectivamente, na rubrica de Fornecedores, os quais referem-se aos credores habilitados no Plano de Recuperação Judicial, deferido em 26 de novembro de 2013. Na ocasião, foi obtida a relação do Quadro Geral de Credores que foram habilitados ao Plano de recuperação Judicial com as atualizações ocorridas ao longo de todo o processo.

Chamamos a atenção ao fato de que as informações referentes aos valores dos créditos que se alteram em razão da apresentação das divergências ao Administrador Judicial, e, aquelas por sentença em processo de impugnação somente serão informadas no desfecho do processo judicial.

Desconsolidação

Chamamos atenção sobre o assunto “Histórico da falência da OSX Leasing Group B.V.”, descrito na nota explicativa nº 1, sobre a falência da OSX Leasing Group B.V. na Holanda, em 15 de julho de 2015, que se encontra sob supervisão da justiça holandesa e sob gestão de um administrador específico. A Companhia passou a não exercer nenhum controle ou influência política, financeira e operacional, significativas, sobre os negócios, incluindo também as controladas e coligadas. Após a divulgação do fato relevante por parte das empresas Óleo e Gás Participações S.A. (“OGpar”) e Dommo Energia S.A. (atual denominação de OGX Petróleo e Gás S.A.) (“Dommo”) comunicando a obtenção de “decisão judicial em caráter liminar para reduzir o valor do daily rate do afretamento da FPSO OSX 3, concedida pelo juízo da 4ª Vara Empresarial da Comarca da Capital do Rio de Janeiro, em face de OSX 3 Leasing B.V. (“OSX 3”), na qualidade de proprietário da embarcação, bem como de Nordic Trustee, a Dommo e a Companhia acordaram a suspensão, pelo prazo de 6 meses:

- (i) dos pagamentos devidos pela Dommo à título de contraprestação pelo afretamento da plataforma FPSO OSX 3 e (ii) de certas obrigações previstas nos contratos relacionados ao Afretamento. O prazo da suspensão acordada em 13 de março de 2015 findou-se e a Companhia não atingiu acordo com os Bondholders da OSX3 com o objetivo de encontrar uma forma de equacionar seus débitos com os primeiros e a solução mais favorável para o FPSO. Em 2015, a Nordic Trustee ASA apresentou, na Holanda, pedido de falência das*

10. Comentários dos diretores / 10.4 - Mudanças práticas cont./Ressalvas e ênfases

sociedades OSX 3 Holding B.V., OSX 3 Holdco B.V. e OSX Leasing Group B.V., subsidiárias da Companhia e votou contra o deferimento definitivo do procedimento de suspensão de pagamentos concedido anteriormente à OSX Leasing Group B.V., resultando na falência dela.

Por conseguinte, a Companhia passou a não mais deter controle ou influência nesses negócios. A liquidação dos ativos e passivos delas está sendo supervisionado pela justiça holandesa e gerido por um administrador específico.

Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2021, a situação se mantém inalterada, onde a Companhia ainda não concluiu a reestruturação societária. Nossa conclusão não está modificada com relação a esse assunto.

"Operação Lava Jato" e seus reflexos na Companhia e suas controladas

Chamamos a atenção para a nota explicativa nº 28, que discorre a respeito deste assunto. Como é de conhecimento público, estão em andamento investigações conduzidas pela Polícia Federal, no âmbito da denominada "Operação Lava Jato" e seus desdobramentos no Rio de Janeiro, a saber:

- Operação X, que têm por objeto, principalmente, práticas relacionadas a corrupção, a lavagem de dinheiro e evasão de recursos. Tal operação investiga fatos relacionados à construção das plataformas P-67 e P-70 efetuadas pelo Consórcio Integra - subsidiária com personalidade jurídica própria e na qual a OSX Brasil S.A. - Em Recuperação Judicial detém participação minoritária. Essas investigações e medidas judiciais envolveram a Companhia e seu acionista controlador e resultaram em ações penais propostas pelo Ministério Público Federal.*

A OSX prestou ao Ministério Público Federal, à Polícia Federal e aos demais órgãos responsáveis todas as informações que lhe foram solicitadas relacionadas à empresa Integra.

- Operação segredo de Midas, que têm por objeto, principalmente, práticas relacionadas a corrupção, utilização de informações privilegiadas e manipulação de mercado. Em 08 de agosto de 2019 foi cumprido o mandado de prisão temporária emitido contra o Sr. Eike Batista em razão de investigações de crimes de manipulação de mercado e utilização de informação privilegiada. O mandado foi revogado em 10 de agosto de 2019 pelo Tribunal Federal da 2ª Região. Tanto o mandado de prisão temporária, quanto os demais eventos que culminaram em notícias, não estão de qualquer forma associados e/ou foram praticados pela Companhia e/ou os seus administradores. Essas investigações e*

10. Comentários dos diretores / 10.4 - Mudanças práticas cont./Ressalvas e ênfases

medidas judiciais envolveram o seu acionista controlador, Sr. Eike Batista e resultaram em ações penais propostas pelo Ministério Público Federal.

Nossa conclusão não está modificada por conta deste assunto.

Outros assuntos criminais envolvendo o acionista controlador e seus reflexos na Companhia e suas controladas

Chamamos a atenção para a nota explicativa nº 28, a sentença de primeira instância proferida pela 3ª Vara Federal Criminal do Rio de Janeiro ao Sr. Eike Batista, por uso de informação privilegiada (insider trading) e manipulação de mercado, praticados no ano de 2013. A Companhia e sua administração, entendem que não foram afetadas pelos efeitos da sentença.

Nossa conclusão não está modificada por conta deste assunto.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Recuperabilidade dos créditos tributários

A Companhia e suas controladas possuíam, em 31 de dezembro de 2021, créditos tributários nos montantes de R\$36.342 mil e R\$36.384 mil na controladora e no consolidado, respectivamente, relativos a saldos negativos de exercícios anteriores e retenções de terceiros. A Companhia tem a expectativa de realização de todo o saldo, através de compensações com outros impostos federais e por pedido de restituição protocolado junto à Receita Federal do Brasil - RFB, conforme previsto em lei, cuja probabilidade de recuperação depende principalmente de geração futura de lucros tributáveis.

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros:

10. Comentários dos diretores / 10.4 - Mudanças práticas cont./Ressalvas e ênfases

- *Com o auxílio de nossos especialistas tributários, analisamos a adequação da aplicação das leistributárias e das deduções fiscais na determinação da base de prejuízos fiscais e diferenças temporárias;*
- *Revisamos os pedidos de compensação dos créditos fiscais e dos processos de restituição do imposto de renda e contribuição social;*
- *Recalculamos a atualização monetária dos créditos, conforme legislação aplicável;*
- *Analisamos possíveis indeferimentos de créditos tributários tomados durante o exercício;*
- *Solicitamos o plano de negócios da Companhia e de suas controladas com o objetivo de identificarmos previsão de lucros futuros.*

Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima resumidos, consideramos aceitável a “Recuperabilidade dos Créditos Tributários”, bem como as divulgações relacionadas, no contexto das demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021.

Propriedade para investimento

Em 31 de dezembro de 2021, a Companhia e suas controladas possuíam propriedade para investimento no montante de R\$1.834.000mil, avaliada pelo método do valor justo.

Ao mensurar o valor justo da propriedade para investimento, de acordo com o CPC 28, a Companhia e suas controladas devem assegurar que o valor justo reflète, entre outras, receitas provenientes de arrendamentos correntes e outros pressupostos que participantes do mercado utilizariam na precificação de propriedade para investimento sob condições correntes de mercado.

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros:

- *Avaliamos a razoabilidade das premissas entendimento das principais variações do período e revisão retrospectiva das projeções, incluindo a utilização de nossos especialistas em modelos de valorização que nos auxiliaram no entendimento dos pressupostos e das metodologias utilizadas pela administração na preparação das*

10. Comentários dos diretores / 10.4 - Mudanças práticas cont./Ressalvas e ênfases

projeções;

- Verificamos os critérios usados para determinação da taxa de desconto e da taxa de ocupação, aplicadas;*
- Avaliamos a adequação da divulgação efetuada em nota explicativa.*

Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima resumidos, consideramos aceitável valor registrado na conta “Propriedades para Investimentos”, bem como as divulgações relacionadas, no contexto das demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021.

Arrendamento CPC 06 (R2) - Intangível - Direito de uso Porto do Açu

Em 31 de dezembro de 2021, a Companhia e suas controladas possuíam no Ativo Intangível de Direito de Uso no passivo Direito de uso Porto do Açu nos montantes de R\$342.575 mil e R\$400.473 mil, respectivamente.

O pronunciamento contábil revisado CPC 06 (R2) e IFRS 16 - Operações de Arrendamento Mercantil, introduziu requerimentos contábeis complexos servindo de base para mensuração do registro de direito de uso de um ativo assim como do passivo de arrendamento, especialmente com relação a determinação da taxa de desconto de cada contrato de arrendamento, bem como a divulgação de aspectos relacionados a transição da norma e seu impacto contábil que entrou em vigor a partir de 1 de janeiro de 2019.

A Companhia e suas controladas mantêm compromisso relevante decorrente de contrato de arrendamento operacional de terreno, então efetuou-se a divulgação dos potenciais impactos decorrentes do pronunciamento dentre outras informações requeridas pela norma. Devido à complexidade e julgamentos envolvidos na determinação das taxas de desconto do contrato de arrendamento e relevância dos impactos dessa taxa na mensuração do passivo de arrendamento, assim como a relevância das divulgações dos efeitos do CPC 06 (R2) / IFRS 16, esse assunto foi considerado como significativo para a nossa auditoria.

A Administração da Companhia seguiu o que preconiza o CPC 06 (R2).

10. Comentários dos diretores / 10.4 - Mudanças práticas cont./Ressalvas e ênfases

Conforme exigido pela CVM, mediante interpretação do CPC 26, §19 e §20, foi revelada na nota explicativa nº10 a conciliação entre os métodos exibidos no CPC 06 (R2) e nos Ofícios-Circulares CVM/SNC/SEP/nº 01/2020 e CVM/SNC/SEP/nº 02/2020.

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros:

- Avaliamos a razoabilidade das premissas entendimento das principais variações do período e revisão retrospectiva das projeções, incluindo a utilização de nossos especialistas em modelos de valorização que nos auxiliaram no entendimento dos pressupostos e das metodologias utilizadas pela administração na preparação das projeções;*
- Execução de procedimentos para averiguar a integridade da relação de arrendamentos incluídos pela Companhia;*
- Obtenção do contrato e dados necessários para recalcular o direito de uso e passivo de arrendamento da operação;*
- Verificamos os critérios usados para determinação das taxas de desconto, aplicadas;*
- Recalculamos a taxa de desconto utilizada pela Companhia;*
- Avaliamos a adequação da divulgação efetuada em nota explicativa.*

Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima resumidos, consideramos aceitável o valor registrado nas contas “Intangível” e “Direito de uso Porto do Açu”, bem como as divulgações relacionadas, no contexto das demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020.

Empréstimos e Financiamentos e Debêntures

A Controlada OSX Brasil - Porto do Açu S.A., apresentava o montante de R\$1.617.412 mil, em contratos de empréstimos e financiamentos, e R\$3.137.546 mil em debêntures, decorrentes do Plano de Recuperação Judicial e utilizados para recompor o capital de giro necessário para continuidade de suas atividades, pagamento dos custos de reestruturação, bem como desenvolvimento de seu plano de negócios.

10. Comentários dos diretores / 10.4 - Mudanças práticas cont./Ressalvas e ênfases

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros:

- *Analizamos as cláusulas dos contratos de empréstimos e financiamentos e a escritura de emissão de debêntures vigentes em 2021;*
- *Enviamos pedido de confirmação de saldos (circularização) dos empréstimos e financiamentos junto às instituições financeiras;*
- *Recalculamos os valores dos empréstimos e financiamentos com base nos encargos financeiros, fluxo financeiro e prazos de pagamento identificados nos respectivos contratos;*

Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima resumidos, consideramos aceitáveis os valores registrados “Empréstimos e Financiamentos” e Debêntures”, bem como as divulgações relacionadas, no contexto das demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021.

Provisão para contingências

A Companhia e suas controladas possuem provisões registradas nos montantes de R\$106.301 mil e R\$298.550 mil na controladora e no consolidado, respectivamente, relacionadas a processos judiciais com provável expectativa de perda.

Provisões e passivos contingentes possuem incerteza inerente em relação ao seu prazo e valor de liquidação. Também, o reconhecimento e a mensuração das provisões e passivos contingentes requerem que a Companhia exerça julgamentos relevantes para estimar os valores das obrigações e a probabilidade de saída de recursos dos processos judiciais e administrativos dos quais a Companhia é parte envolvida. Essa avaliação é baseada em posições de assessores jurídicos internos e externos e em julgamentos da própria administração.

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros:

- *Confirmação, por escrito, dos consultores jurídicos externos da Companhia sobre o estágio processual das ações judiciais ativas e passivas, e a estimativa confiável do potencial perda e da classificação de probabilidade de perda entre provável, possível e remota;*

10. Comentários dos diretores / 10.4 - Mudanças práticas cont./Ressalvas e ênfases

- *Procedemos a leitura dos processos judiciais, incluindo a classificação do prognóstico de perda atribuída por consultores jurídicos externos à Companhia e suas controladas;*
- *Avaliação da política contábil adotada para provisionamento das ações judiciais e discussão das premissas em que se pautam as estimativas dos valores provisionados;*
- *Testes de recálculo do valor de exposição dos processos judiciais e administrativos, teste de atualização financeira conforme legislação aplicável;*
- *Testes de passivos contingentes não registrados, com base em nossas confirmações externas;*
- *Confrontamos os valores registrados na Dívida Ativa com a posição da Receita Federal do Brasil*
 - *RFB e as atualizações.*

Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima resumidos, consideramos aceitáveis valores registrados como “Provisão para Contingências”, bem como as divulgações relacionadas, no contexto das demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021.

Partes Relacionadas

A Companhia apresenta os montantes de R\$117.795 mil, registrados no ativo não circulante, e R\$293.006mil, registrados no passivo não circulante, respectivamente, na controladora, e R\$184.926 mil registrados no passivo não circulante no consolidado. Os principais saldos ativos e passivos são relativos a operações de transações da Companhia e suas controladas diretas e indiretas com empresas ligadas.

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros:

- *Entendimento e recálculo das análises e confronto com o registro dos mútuos e suas atualizações;*
- *Entendimento e recálculo do Imposto sobre Operações Financeiras - IOF, incidentes sobre os mútuos, conforme legislação vigente;*

10. Comentários dos diretores / 10.4 - Mudanças práticas cont./Ressalvas e ênfases

Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima resumidos, consideramos aceitáveis valores registrados na conta “Partes Relacionadas”, bem como as divulgações relacionadas, no contexto das demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021.

Outros assuntos**Demonstrações individuais e consolidadas do valor adicionado**

As demonstrações individuais e consolidadas do valor adicionado (DVA) referente ao exercício findo em

31 de dezembro de 2021, elaboradas sob a responsabilidade da Administração da Companhia, e apresentadas como informações complementares para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras e registros, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Auditoria dos valores correspondentes ao exercício anterior

O balanço patrimonial individual e consolidado em 31 de dezembro de 2020 e as demonstrações individuais e consolidadas do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de Caixa e do valor adicionado (informação suplementar) e respectivas notas explicativas para o exercício findo nessa data, apresentados como valores correspondentes nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas do exercício corrente, foram anteriormente auditados por nós que emitimos relatório datado de 31 de março de 2021, com incerteza relevante relacionada a continuidade operacional e ênfases sobre “Fornecedores”, “Desconsolidação”, “Operação Lava Jato e seus reflexos na companhia e suas controladas”.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório do auditor

10. Comentários dos diretores / 10.4 - Mudanças práticas cont./Ressalvas e ênfases

A Administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo “International Accounting Standards Board” (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

10. Comentários dos diretores / 10.4 - Mudanças práticas cont./Ressalvas e ênfases

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.*
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas.*
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.*
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras*

10. Comentários dos diretores / 10.4 - Mudanças práticas cont./Ressalvas e ênfases

individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas a não mais se manterem em continuidade operacional.

- *Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.*
- *Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das Entidades ou atividades de negócios do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.*

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Comentários da Diretoria: / Comentário da administração a respeito das ressalvas e ênfases inseridas no relatório dos Auditores Independentes:

10. Comentários dos diretores / 10.4 - Mudanças práticas cont./Ressalvas e ênfases

Em observância às disposições constantes no artigo 25 da Instrução emitida pela CVM nº 480/09, de 07 dezembro de 2009, a Diretoria declara que discutiu, reviu e concordou com as opiniões expressas no parecer dos auditores independentes e com as demonstrações financeiras relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021, autorizando sua divulgação.

10. Comentários dos diretores / 10.5 - Políticas contábeis críticas

10.5 - Os diretores devem indicar e comentar políticas contábeis críticas adotadas pela Companhia, explorando, em especial, estimativas contábeis feitas pela administração sobre questões incertas e relevantes para a descrição da situação financeira e dos resultados, que exijam julgamentos subjetivos ou complexos, tais como: provisões, contingências, reconhecimento da receita, créditos fiscais, ativos de longa duração, vida útil de ativos não circulantes, planos de pensão, ajustes de conversão em moeda estrangeira, custos de recuperação ambiental, critérios para teste de recuperação de ativos e instrumentos financeiros.

A preparação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as normas IFRS e com as normas CPC exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores relatados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. Estimativas e premissas são revistas de maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos posteriores afetados. As informações sobre premissas e estimativas que poderão resultar em ajustes dentro do próximo exercício financeiro estão assim apresentadas:

1) Depreciação e Amortização - vidas úteis, taxas e testes de *impairment*

Os ativos imobilizados associados às atividades da Companhia são depreciados e amortizados pelo método linear com base nas taxas mencionadas na Nota Explicativa nº 9 - Imobilizado (Demonstrações Financeiras para o período findo em 31 de dezembro de 2021) e leva em consideração o tempo de vida útil estimado dos bens e os respectivos valores residuais.

Quanto ao teste de *Impairment*, os valores contábeis dos ativos não financeiros da Companhia e suas controladas são revistos a cada data de apresentação para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é determinado. Desta forma os saldos recuperáveis dos ativos registrados em nossas demonstrações financeiras podem divergir significativamente, daquele que poderá ser observado no futuro.

2) Provisões para contingências

Provisões e passivos contingentes possuem incerteza inerente em relação ao seu prazo e valor de liquidação. Além disso, o reconhecimento e a mensuração das provisões e passivos contingentes requerem que a Companhia exerça julgamentos relevantes para estimar os valores das obrigações e a probabilidade de saída de recursos nos processos judiciais e administrativos dos quais a Companhia é parte envolvida.

10. Comentários dos diretores / 10.5 - Políticas contábeis críticas**3) Instrumentos financeiros**

A gestão dos instrumentos financeiros é efetuada pela Administração da Companhia por meio de estratégias operacionais e controles internos, visando à liquidez, rentabilidade e segurança. A Companhia e suas controladas não efetuam aplicações de caráter especulativo com instrumentos financeiros derivativos ou quaisquer outros ativos de risco, sendo essa determinação prevista nas políticas de gerenciamento de risco em vigor.

4) Valor justo dos instrumentos financeiros

O conceito de valor justo prevê a avaliação de ativos e passivos com base nos preços de mercado, quando se tratar de ativos com liquidez, ou em metodologias matemáticas de precificação, caso contrário.

A Administração da Companhia entende que suas aplicações financeiras, empréstimos e financiamentos e instrumentos derivativos estão enquadrados no nível II da hierarquia de valor justo, onde dados diferentes dos provenientes de mercado ativo (preço cotado não ajustado) incluídos no nível I são extraídos do modelo de precificação baseado em dados observáveis de mercado.

Os valores de realização estimados de ativos e passivos financeiros foram determinados por meio de informações disponíveis no mercado e metodologias apropriadas de avaliação. Entretanto, considerável julgamento foi requerido na interpretação dos dados de mercado para produzir a estimativa do valor de realização mais adequada. Como consequência, as estimativas não indicam, necessariamente, os montantes que poderão ser realizados no mercado de troca corrente. O uso de diferentes metodologias de mercado pode ter um efeito material nos valores de realização estimados.

10. Comentários dos diretores / 10.6 - Itens relevantes não evidenciados nas DFs**10.6- Itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras.**

a. Os ativos e passivos detidos pela Companhia, direta ou indiretamente, que não aparecem no seu balanço patrimonial (off-balance sheet items).

A OSX não mantém quaisquer operações, contratos, obrigações ou outros tipos de compromissos em empresas não consolidadas ou outras operações passíveis de gerar um efeito significativo, presente ou futuro, em sua situação financeira e mudanças em sua situação financeira, receitas ou despesas, resultados operacionais, liquidez, gastos com capital ou recursos de capital, não registradas no balanço patrimonial.

b. Outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras.

Não existem ativos e passivos detidos pela Companhia além dos constantes de seu balanço patrimonial.

10. Comentários dos diretores / 10.7 - Coment. s/itens não evidenciados**10.7- Comentários sobre itens não evidenciados nas demonstrações financeiras.**

a. Como tais itens alteram ou poderão vir a alterar as receitas, as despesas, o resultado operacional, as despesas financeiras ou outros itens das demonstrações financeiras da Companhia.

Conforme item 10.6, não existem ativos e passivos detidos pela Companhia além dos constantes de seu balanço patrimonial.

b. Natureza e o propósito da operação.

Conforme item 10.6, não existem ativos e passivos detidos pela Companhia além dos constantes de seu balanço patrimonial.

c. Natureza e montante das obrigações assumidas e dos direitos gerados em favor da Companhia em decorrência da operação.

Conforme item 10.6, não existem ativos e passivos detidos pela Companhia além dos constantes de seu balanço patrimonial.

10. Comentários dos diretores / 10.8 - Plano de Negócios

10.8 - Os diretores devem indicar e comentar os principais elementos do plano de negócios da Companhia, explorando especificamente os seguintes tópicos:

a. Investimentos, incluindo:

(i) descrição quantitativa e qualitativa dos investimentos em andamento e dos investimentos previstos:

A companhia não prevê investimentos.

(ii) fontes de financiamento dos investimentos:

Não Aplicável.

(iii) desinvestimentos relevantes em andamento e desinvestimentos previstos:

A OSX poderá promover a alienação e oneração de bens que integram seu ativo, observados os limites estabelecidos na lei de falências, no plano de recuperação judicial e nos demais contratos em vigor celebrados pela OSX. A Escritura de Emissão representa um financiamento extraconcursal (“Financiamento DIP”), previsto no plano de recuperação judicial, para assegurar a manutenção das atividades das Recuperandas, visando a (i) obter novos recursos junto a seus credores concursais e/ou credores extraconcursais aderentes ao plano de recuperação judicial que tiverem interesse em participar no financiamento das Recuperandas e (ii) novar créditos concursais e/ou extraconcursais desses credores participantes do Financiamento DIP. As referidas debentures foram liquidadas em 29 de janeiro de 2016.

- **Reestruturação societária**

A OSX poderá, ainda, promover a reestruturação societária da OSX, de forma a obter a estrutura societária mais adequada para o desenvolvimento de suas atividades, tal como redimensionadas no contexto da recuperação judicial e do seu plano de negócios decorrente da implementação do Plano de Recuperação Judicial, sempre no melhor interesse da OSX e visando ao sucesso da recuperação judicial.

b. Desde que já divulgada, indicar a aquisição de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos que devam influenciar materialmente a capacidade produtiva da Companhia.

Não aplicável.

10. Comentários dos diretores / 10.8 - Plano de Negócios

c. Novos produtos e serviços, indicando: (i) descrição das pesquisas em andamento já divulgadas; (ii) montantes totais gastos pela Companhia em pesquisas para desenvolvimento de novos produtos ou serviços; (iii) projetos em desenvolvimento já divulgados; e (iv) montantes totais gastos pela Companhia no desenvolvimento de novos produtos ou serviços.

Não aplicável.

10. Comentários dos diretores / 10.9 - Outros fatores com influência relevante

10.9. Comentários sobre outros fatores que influenciaram de maneira relevante o desempenho operacional e que não tenham sido identificados ou comentados nos demais itens desta seção.

Todas as informações que a Diretoria da Companhia considera relevantes e pertinentes a esta seção foram apresentadas nos itens acima.